

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Alcácer do Sal apresenta as seguintes notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na perceção dos mesmos.

8.2.1 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no POCAL, destacando-se neste exercício:

- a) Princípio da especialização (ou do acréscimo) – foram neste exercício os proveitos e custos reconhecidos na sua plenitude quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento;
- b) Princípio da materialidade – embora a CMAS tenha observado o princípio em questão realça-se que ainda não foi possível incluir no ativo municipal a totalidade dos bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem estes ativos. Tal facto influi nos valores do ativo e nos resultados do exercício, pelo que na análise do balanço e da demonstração de resultados devem ter-se em consideração tais condicionalismos.

8.2.2 – Comparabilidade das Contas

Não se aplica, não se verificaram quaisquer alterações em relação ao ano anterior.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos Adotados

O critério valorimétrico adotado para o imobilizado é, em regra, o do custo de aquisição.

O cálculo dos bens imóveis integrados após o primeiro inventário foi efetuado de acordo com a metodologia prevista no artigo 26, números 1 a 121, do Código das Expropriações, resultante de avaliações efetuadas por um perito avaliador externo.

As amortizações são calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam (ponto 4.3 POCAL), ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões.

As disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras foram expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

O saldo de caixa expresso no balanço corresponde à existência física na tesouraria. Os depósitos em instituições financeiras correspondem aos saldos registrados nas contas correntes com instituições de crédito e aos valores expressos no resumo diário da tesouraria. As divergências verificadas entre os saldos destas contas e os constantes dos respectivos extratos bancários foram devidamente reconciliadas, conforme consta da síntese de reconciliações constantes dos documentos da prestação de contas.

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O valor das existências finais foi determinado através da contagem física às mesmas.

8.2.4 – Cotações de Câmbio Utilizadas

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.5 – Situações que Afetam o Resultado do Exercício

Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 “critérios de valorimetria”

Não se verificaram situações desta natureza.

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas

Não se verificaram situações desta natureza.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.6 – Comentário à Conta “431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações, constantes do balanço, são apresentadas nos mapas abaixo.

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano: 2019							
Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	670.855,76 €	0,00 €	63.249,00 €	0,00 €	0,00 €	734.104,76 €
452	Edifícios	59.772,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59.772,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	44.252.438,36 €	0,00 €	38.081,90 €	0,00 €	31.907,77 €	44.322.428,03 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	158.012,86 €	0,00 €	1.774.274,93 €	0,00 €	-76.007,38 €	1.856.280,41 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		45.356.416,72 €	0,00 €	1.875.605,83 €	0,00 €	-44.099,61 €	47.187.922,94 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	167.729,21 €	0,00 €	1.586,70 €	0,00 €	0,00 €	169.315,91 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		167.729,21 €	0,00 €	1.586,70 €	0,00 €	0,00 €	169.315,91 €
421	Terrenos e recursos naturais	17.893.868,65 €	349.290,00 €	0,00 €	-2.528,22 €	0,00 €	18.240.630,43 €
422	Edifícios e outras construções	33.209.610,31 €	0,00 €	422,86 €	-10.533,94 €	503.238,19 €	33.702.737,42 €
423	Equipamento básico	2.999.316,72 €	2,00 €	282.707,53 €	0,00 €	0,00 €	3.282.026,25 €
424	Equipamento de transporte	4.424.966,61 €	0,00 €	192.048,26 €	0,00 €	0,00 €	4.617.014,87 €
425	Ferramentas e utensílios	493.266,23 €	0,00 €	5.939,71 €	0,00 €	0,00 €	499.205,94 €
426	Equipamento administrativo	653.580,40 €	0,00 €	3.966,07 €	0,00 €	-344,37 €	657.202,10 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.574.706,26 €	0,00 €	66.893,93 €	0,00 €	-3.198,00 €	1.638.402,19 €
442	Imobilizações em curso	479.101,08 €	0,00 €	279.986,80 €	0,00 €	-488.703,53 €	270.384,35 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		61.728.416,26 €	349.292,00 €	831.965,16 €	-13.062,16 €	10.992,29 €	62.907.603,55 €
4112	Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	533.304,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	533.304,00 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	1.263.185,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.263.185,71 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		1.935.297,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.935.297,95 €

O Imobilizado Bruto do Município, tal como no ano precedente, registou um aumento no ano de 2019 face a 2018, no valor de 3.012.280,21€.

No que diz respeito ao domínio público, houve um aumento de 60.000,00€, na conta 451 - Terrenos e recursos naturais, referente à aquisição de um terreno rústico sito em designado por “A Ponte” na cidade de Alcácer.

Nas Imobilizações em curso, na conta 445, registou-se um acréscimo significativo de cerca de 1.698 mil euros, de salientar:

- o “Interface de Transportes da Zona Ribeirinha Nascente” em cerca 1.014 mil euros,
- a “Reconversão Urbanística da Zona Ribeirinha Nascente - Parque Urbano” em 330 mil euros,
- a “Reabilitação da Zona Envolvente ao Cais Palafítico da Carrasqueira” com 92 mil euros e,
- o “Programa de Intervenção na Envolvente ao Castelo e Centro Histórico” com 90 mil euros.

Em relação ao domínio privado, houve um acréscimo de sensivelmente 1.179 mil euros, destacando-se:

- A conta 421 - Terrenos e recursos naturais, pela introdução no património do município de sete terrenos referentes ao loteamento 2/2017 em Montevil, no valor de 349.290,00€;
- A conta 423 - Equipamento básico, pela aquisição de vitrines, projetores, écrans e outros equipamentos necessários para o funcionamento do Museu Municipal Pedro Nunes em cerca de 181 mil euros;
- A conta 424 - Equipamento de transporte, pela aquisição de uma viatura de desobstrução e aspiração de coletores de águas residuais para o Setor de Águas e Esgotos e de duas carrinhas para os setores da Rede Viária e de Apoio aos Serviços Municipais, em cerca de 171 mil euros.

Em relação ao domínio privado, destaca-se ainda, a transferência de imobilizado em curso para bens de domínio privado, através da conta 422 - Edifícios e outras construções, da obra do “Museu Municipal Pedro Nunes” no valor de 469.065,58€.

Amortizações e Provisões

Ano: 2019					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4852	Edifícios	4.083,98 €	747,15 €	0,00 €	4.831,13 €
4853	Outras construções e infraestruturas	32.783.811,40 €	1.185.712,06 €	0,00 €	33.969.523,46 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	16.364,77 €	1.521,19 €	0,00 €	17.885,96 €
4859	Outros bens de domínio público	128.695,76 €	9.306,43 €	0,00 €	138.002,19 €
Total		32.932.955,91 €	1.197.286,83 €	0,00 €	34.130.242,74 €
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4833	Propriedade industrial e outros direitos	166.945,27 €	629,67 €	0,00 €	167.574,94 €
Total		166.945,27 €	629,67 €	0,00 €	167.574,94 €
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48221	Edifícios	5.221.919,38 €	421.930,20 €	2.152,38 €	5.641.697,20 €
48222	Outras construções	7.757.125,80 €	235.922,16 €	0,00 €	7.993.047,96 €
4823	Equipamento básico	2.612.219,32 €	189.214,37 €	0,00 €	2.801.433,69 €
4824	Equipamento de transporte	3.458.576,66 €	193.296,50 €	0,00 €	3.651.873,16 €
4825	Ferramentas e utensílios	432.366,86 €	19.289,44 €	0,00 €	451.656,30 €
4826	Equipamento administrativo	511.287,12 €	4.178,03 €	344,37 €	515.120,78 €
4827	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	902.659,92 €	88.753,18 €	766,19 €	990.646,91 €
Total		20.896.155,06 €	1.152.583,88 €	3.262,94 €	22.045.476,00 €
491	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
492	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4811	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48121	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	35.627,97 €	2.940,74 €	0,00 €	38.568,71 €
4951	Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4952	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4953	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		35.627,97 €	2.940,74 €	0,00 €	38.568,71 €

As amortizações do exercício registam a depreciação das imobilizações corpóreas, (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Em 2019 o valor das amortizações do exercício foi de 2.350.500,38€, registando um aumento de 68.811,58 € face ao ano anterior.

8.2.8 – Desagregação das Rúbricas do Ativo

A desagregação de cada uma das rubricas constantes do mapa apresentado no ponto anterior e a respetiva informação encontram-se evidenciados nos mapas constantes na conta de gerência.

8.2.9 – Custos Financeiros Capitalizados

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.10 – Diplomas Legais de Reavaliações

As reavaliações efetuadas correspondem a atualizações cadastrais, no âmbito da aplicação do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

8.2.11 – Reavaliações

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.12 - Situações Especificas do Imobilizado Corpóreo e em Curso

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.13 – Bens Utilizados em Regime de Locação Financeira

No imobilizado da autarquia não figuram bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Relação dos Bens Sem Valorização

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, não foi ainda possível valorizar todos os bens, situação que se verificou no ano passado e ainda se mantém.

EDIFÍCIOS POR INVENTARIAR

- 1 Palma - Lote 19 - Equipamento Social
- 2 Prédio Vale de Água - Captações de Água
- 3 Prédio Comporta (Antiga Fábrica de Tabaco)

TERRENOS URBANOS POR INVENTARIAR

- 1 Olival da Estrada
- 2 Olival da Estrada
- 3 Bairro Professor Francisco Gentil
- 4 Bairro Professor Francisco Gentil
- 5 Bairro da Quintinha
- 6 Terreno Morgadinho R. António Sérgio
- 7 Bairro Professor Francisco Gentil - Zona de Expansão
- 8 Bairro do Laranjal
- 9 Herdade do Pinhal
- 10 São Roque
- 11 São Roque
- 12 Cerrado da Fonte Santa
- 13 Courela da Fonte Santa
- 14 Courela da Eira

TERRENOS RÚSTICOS POR INVENTARIAR

- 1 Ao Cerrado de Tábuas - Olival
- 2 Ao Passareiro - Pastagem ou Pasto (Lavadouro e Fonte)

8.2.15 – Identificação dos Bens de Domínio Público que Não São Amortizados

Pelo previsto no POCAL, como nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (CIBE), que regulamenta as taxas de amortização dos bens imobilizado, os terrenos e recursos naturais, bem como os bens de património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações. Assim, os bens do domínio público que não foram objeto de amortização encontram-se classificados na conta patrimonial 451 (apenas terrenos), e identificados no mapa de amortizações dos bens imóveis.

8.2.16 – Informações sobre Empresas Participadas

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.17 – Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.18 – Obrigações e Títulos de Participação

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.19 – Diferenças entre a Valorização do Ativo Circulante e o Respetivo Valor de Mercado

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.20 – Fundamentação das Circunstâncias Especiais que Justificaram a Atribuição ao Ativo Circulante de um Valor Inferior ao Mais Baixo Custo ou de Mercado

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.21 – Movimentos Ocorridos nas Rúbricas do Ativo Circulante - Provisões

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa respeitam integralmente a conta “Clientes, Contribuintes e Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação de água, saneamento, resíduos sólidos, alugueres de contadores e taxas por receber referentes à urbanização da Quinta do Pinhal.

8.2.23 – Dívidas Ativas/Passivas Respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2020, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários

estimados em 1.034.960,93€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos”.

8.2.24 – Obrigações Emitidas e Direitos Conferidos

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.25 – Dívidas em Mora ao Estado e Outros Entes Públicos

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.26 – Contas de Ordem - Garantias, Cauções e Recibos para Cobrança

Mapa apresentado em anexo.

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.28 – Movimentos Ocorridos em cada uma das Contas da Classe “5 – Fundo Patrimonial”, Constantes do Balanço

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
511- Balanço Inicial – Inventário Inicial	43.574.344,78	349.322,00€	0,00€	43.923.666,78€
512- Balanço Inicial – Regularizações	2.112.852,27€	0,00€	0,00€	2.112.852,27€
571 – Reservas Legais	825.910,77€	33.571,08€	0,00€	859.481,85€
575 - Subsídios	397.628,02€	0,00€	0,00€	397.628,02€
576 - Doações	308.773,61€	0,00€	0,00€	308.773,61€
59 – Resultados Transitados	1.418.074,07€	678.377,42€	65.220,44€	2.031.231,05€
88 - R. Líquido Exercício	671.421,69€	- 2.455.348,25€	809.249,49€	- 974.677,07€

O aumento verificado neste exercício na “conta 511 – Balanço Inicial – Inventário Inicial” resultou da inventariação de sete terrenos referentes ao loteamento 2/2017 em Montevil, que pertenciam ao domínio público, e que ainda não tinham sido considerados no Balanço e Inventários Iniciais, tendo-se agora efetuado a sua inventariação e conseqüente retificação.

Resultante da aplicação de resultados de 2018, verificou-se no exercício, um aumento na “conta 571 – Reservas Legais” no montante de 33.571,08€, que representa 5% sobre o resultado líquido do período.

As variações (aumentos/diminuições) na “Conta 59 – Resultados Transitados” resultaram de:

- Transferência do resultado líquido de 2018 no valor de 671.421,69€;
- Regularização contábilística entre classificações no valor de - 24.693,63€;
- Aplicação de resultados de 2018 no valor de - 33.571,08€;

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.30 – Demonstração da Variação da Produção

Não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.33 - Outras Informações Relevantes

Conforme mapa em anexo, existem diversos processos judiciais em curso.

Está refletida nas demonstrações financeiras uma provisão no valor de 573.411,72€, referente ao processo da empreitada “Requalificação Urbana do espaço Público da Margem Norte do Rio Sado”, pela ação intentada pela empresa Vibeiras, Soc. Comercial de Plantas SA e Mota Engil – Engenharia e Construção SA, para a cobertura de eventuais riscos e encargos que daí poderão advir.

Quanto aos demais processos judiciais em curso, e de acordo com a informação prestada pelo Gabinete Jurídico sobre esta matéria, os riscos identificados não aparentam justificara constituição de provisões.

Alcácer do Sal, 13 de março de 2020